

Senhoras Senadoras

Senhores Senadores

Visando ao atendimento do disposto no artigo 383 do Regimento do Senado, quanto aos requisitos para o exercício do cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, destaco os seguintes itens:

1. Concluí minha graduação como Bacharel em Direito em 1990, na Universidade Federal do Maranhão. Já exercia desde 1989, por concurso público, o cargo de Auxiliar Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, órgão em que tive a primeira experiência profissional. Em seguida, exerci a advocacia até a aprovação para a carreira de Juiz Federal, quando tive a honra de obter a 1ª colocação no concurso realizado em 1993 e 1994. Na Magistratura Federal, atuei nos seguintes órgãos: Seção Judiciária do Maranhão (em Varas de competência cível e criminal); Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (Juiz Efetivo); Seção Judiciária do Distrito Federal (em Vara de Execução Fiscal e de Juizado Especial Federal); Tribunal Regional Federal da 1ª Região (como juiz convocado em dois anos); Conselho da Justiça Federal (na condição de Secretário Executivo da Comissão de Altos Estudos da Justiça Federal); Supremo Tribunal Federal (juiz auxiliar do Presidente Nelson Jobim); e Conselho Nacional de Justiça (Secretário Geral). No tocante a esse período da Magistratura, realço também o reconhecimento dos pares, ao me elegerem Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE), período 2000 a 2002. Assim foram os 12 anos em que tive a alegria de exercer a magistratura, com dedicação à causa da Justiça, espelhada em milhares de Sentenças e Acórdãos proferidos.

2. Além da atuação profissional na Magistratura e na Advocacia, menciono - com igual ênfase - a minha longa carreira acadêmica, com aulas ministradas em várias instituições, a exemplo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Universidade de Brasília (Unb) e Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). No caso da UFMA, sou professor do Quadro Permanente desde 1994, mediante aprovação, em 1º lugar, no concurso público. Entre 2002 e 2005, fui cedido pela UFMA para exercício na Unb, onde lecionei Direito



Administrativo. Quanto ao IDP, além de ter sido o Diretor da sua Escola de Direito, ministrei aulas em cursos de pós-graduação, na área do Direito Público. Já proferi também centenas de palestras jurídicas em eventos organizados por instituições públicas e privadas, no Brasil e no exterior. À guisa de exemplo, menciono seminários e congressos organizados pela Fundação Getúlio Vargas e a Brazil Conference at Harvard & MIT. O exercício de tais atividades acadêmicas foi fortalecido com a conclusão do Mestrado em Direito Público, em 2001, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, uma das Academias mais tradicionais e reconhecidas do Brasil. Tenho, outrossim, a alegria de pertencer à Academia Maranhense de Letras (AML), centenário sodalício da cultura maranhense.

3. Relevante sublinhar que o desempenho de funções políticas nos últimos 17 anos não implicou o meu afastamento do campo do Direito, já que mantive a ministração de aulas, palestras e a publicação de artigos baseados em argumentações jurídicas. Neste passo, recorro que, nos 4 anos em que fui deputado federal, integrei a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, participando de todos os debates ali travados. Naquela legislatura - a 53ª - atuei como autor ou relator de aproximadamente 1.000 proposições. Desse vasto conjunto, cito algumas leis oriundas da minha iniciativa parlamentar:

PL 1191/2007

Situação: Transformada na Lei Ordinária 12019/2009

Autor - Flávio Dino - PCdoB/MA

Apresentação

29/05/2007

Ementa

Altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990. Insere inciso III no art. 3º da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, para prever a possibilidade de o relator de ações penais de competência originária do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal convocar desembargador ou juiz para a realização de interrogatório e outros atos de instrução.



PL 2277/2007

Situação: Transformada na Lei Ordinária 12063/2009

Autor - Flávio Dino - PCdoB/MA

Apresentação

24/10/2007

Ementa

Acrescenta à Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, o capítulo II-A, que estabelece a disciplina processual da ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

PL 6128/2009

Situação: Transformada na Lei Ordinária 13300/2016

Autor - Flávio Dino - PCdoB/MA

Apresentação

30/09/2009

Ementa

Disciplina o processo e julgamento do mandado de injunção individual e coletivo e dá outras providências.

No mesmo sentido, de imbricação entre funções políticas e jurídicas, evidentemente aludo ao cargo que atualmente exerço, o de Ministro da Justiça e da Segurança Pública, no qual o manejo de institutos jurídicos é rotineiro e imprescindível.

4. Em conclusão, friso que nessa longa trajetória profissional, acima sintetizada, sempre mantive uma postura condizente com a ética da legalidade, preservando princípios e buscando os melhores resultados referentes ao interesse público. Por tal razão, nos últimos dias, se cumulam as declarações de órgãos e de profissionais do Direito apoiando a Indicação ao STF, fato que muito me honra.

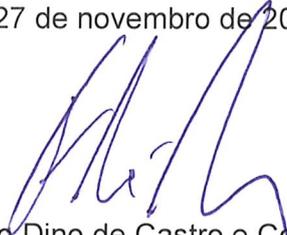


Ressalto, especialmente, as manifestações públicas dos atuais ministros do Supremo, nomeados por todos os últimos presidentes da República, desde Fernando Henrique Cardoso. E também Universidades e entidades de classe, tais como a Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE). Creio que tais depoimentos e os dados curriculares falam melhor do que quaisquer palavras que possa oferecer.

5. Postulo, dessa forma, a aprovação do Senado Federal para iniciar uma nova etapa em minha vida, na qual - de modo técnico e imparcial - comprometo-me a zelar pela Constituição e pelas leis da nossa Pátria.

Com apreço e respeito, envio minhas saudações aos ilustres colegas senadoras e senadores.

Brasília, 27 de novembro de 2023.



Flávio Dino de Castro e Costa